

Covas quer relatórios fiéis à média do PMDB

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

QUESTÕES POLÊMICAS

O líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas, começou ontem à noite a definir os pontos a serem defendidos por seu partido na Assembleia Constituinte e a estratégia de votação nas comissões temáticas, a partir de sexta-feira, de modo a aprovar propostas que representem a média das posições partidárias. Covas reuniu-se, na casa do deputado Ulysses Guimarães, com todos os vice-líderes na Constituinte e os líderes Luiz Henrique, Fernando Henrique Cardoso e Carlos Sant'Anna.

A tarde, Covas conversou democraticamente com seus vice-líderes na Constituinte e com o vice-líder na Câmara, deputado Miro Teixeira, para avaliar os pontos polêmicos em cada uma das oito comissões temáticas e fazer um levantamento das questões programáticas ou que representem compromissos do PMDB e serão igualmente colocadas em votação nas comissões temáticas neste final de semana.

A ideia do senador paulista é obter o consenso no PMDB em torno desses pontos, de modo a utilizá-los como instrumentos de negociação com os demais partidos. Os entendimentos com esse objetivo deverão começar amanhã, quando termina o prazo para apresentação de emendas aos pareceres dos relatores das comissões temáticas. Os entendimentos serão feitos com vistas ao cumprimento do programa partidário e ao resgate dos compromissos peemedebistas. Foram também identificadas as dúvidas e quais propostas poderão ser livremente votadas pelo partido, como a pena de morte e o aborto, consideradas questões não programáticas.

A questão da criação de um conselho de comunicação para controlar a atuação do governo no setor, proposta pela deputada Cristina Tavares e rejeitada na Subcomissão de Ciência e Tecnologia, continua preocupando. O objetivo da liderança é abrandar a proposta, sem abrir mão da ideia. A classificação dos espetáculos de diversão pública também está causando polêmica, enquanto a liderança peemedebista não aceita nenhum tipo de censura na área.

A greve em geral e no serviço público, além do problema da estabilidade no emprego, também foi discutida na reunião de ontem, visando a buscar fórmulas que possam ser aprovadas nas comissões temáticas. A reforma agrária continua na ordem do dia, principalmente por se tratar de ponto programático. A liderança do partido quer aprovar uma fórmula que represente um avanço em relação ao Estatuto da Terra, o qual estabelece em 600 módulos o limite para propriedades rurais, enquanto o parecer do deputado Oswaldo Lima Filho fixava em 100 módulos.

Ainda na Comissão da Ordem Econômica, o líder Mário Covas dedica especial atenção ao problema do monopólio do refino e à definição da empresa estratégica, sendo quase certo que será aprovada pelo PMDB a proposta do senador Severo Gomes. Conforme a definição do parlamentar, empresa nacional é a constituída por brasileiros e cujo centro decisório se encontra no País.

Não existe posição peemedebista em relação à questão dos tributos, que deve correr "solta" diante da diversidade de posições das bancadas

e por não representar ponto programático. Mas a questão do papel das Forças Armadas surge como matéria polêmica, o mesmo ocorrendo com os mecanismos de decretação dos estados de sítio e de defesa.

Já em relação ao sistema de governo, a liderança constatou uma inclinação maior pela fórmula parlamentarista, apresentada no parecer do senador José Fogaça e não a que foi apresentada pelo deputado Egidio Ferreira Lima. Isso porque a proposta do senador gaúcho abre possibilidade a que se negocie a implantação do parlamentarismo, enquanto a do relator Egidio Ferreira seria imediatamente depois da promulgação da nova Carta. A liderança deseja também que o voto de desconfiança seja coletivo, atingindo a todo gabinete e não a ministros isoladamente.

A questão do mandato do presidente Sarney é outra das mais polêmicas, mas admite-se que somente seja decidida pelo voto e não previamente. No campo da propriedade privada, a liderança peemedebista considera avançada a fórmula apresentada pelo senador José Paulo Bisol. São consideradas ainda questões polêmicas a criação de novos estados e a reserva de mercado para a informática.

O maior problema do PMDB na segunda rodada de votações da Constituinte é unificar o partido em torno de posições comuns baseadas no programa, segundo o líder na Câmara, Luiz Henrique, para quem o ideal seria o voto maciço. Esta tarefa é considerada mais importante do que a negociação interpartidária. Luiz Henrique disse também que o PMDB procura consolidar a ideia de fazer uma Constituição que consagre apenas princípios e seja bastante clara.

Em agosto, convenção do partido

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A Executiva do PMDB vai convocar para agosto sua convenção nacional extraordinária, que definirá a posição do partido sobre o futuro sistema de governo e a duração do mandato do presidente Sarney. O encontro será formalmente marcado na terça-feira, durante reunião dos dirigentes peemedebistas. O objetivo de Ulysses Guimarães é evitar ser atropelado pelo requerimento do deputado Maurício Fruet, presidente do PMDB do Paraná, que determina a realização da convenção nos dias 27 e 28.

Com o apoio da maioria da Comissão Executiva, Ulysses quer se antecipar à iniciativa de Fruet, ganhando tempo para negociar as duas questões que considera delicadas. Ele defende cinco anos para Sarney, mas não quer o confronto com o grupo que luta pelo mandato de quatro anos. Sobre o sistema de governo, Ulysses é presidencialista, com o fortalecimento do poder Legislativo, e também não pretende entrar em choque com os parlamentaristas.

Ao comentar, ontem, o documento do deputado Maurício Fruet, que já conta com 235 assinaturas, Ulysses garantiu que nunca passou pela sua cabeça adiar indefinidamente a convenção. Seu argumento é de que a Executiva do partido considerou que deveria haver um debate amplo para se chegar a uma data de consen-

so. "E é isso que estamos fazendo, ouvindo as bases, as lideranças e as forças que compõem o PMDB para que a convenção produza o melhor para o partido e para o País", acrescentou.

Ainda sobre o requerimento de Fruet, que convoca extraordinariamente a convenção com base no estatuto partidário, sem consultar a Executiva Nacional, Ulysses Guimarães disse que vai examiná-lo "frente à legislação". Mesmo assim, admitiu que prefere a realização da convenção depois que o governo apresentar seu plano de ajustamento da economia, para que os peemedebistas tenham condições de debater as medidas em elaboração pelo Ministério da Fazenda. Assim, segundo ele, agosto é o mês mais indicado para o encontro nacional extraordinário do partido.